Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ___/___/___
Cod. 31D00183

CNBB - SECRETARIADO NACIONAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA
Encontro sôbre a Presença da Igreja nas Populações Indígenas
São Paulo, 18 a 22 de fevereiro de 1968

PRESENÇA DA IGREJA NAS POPULAÇÕES INDÍGENAS

Introdução

Preocupado com a presença da Igreja entre as populações indígenas do Brasil, o Secretariado Nacional de Atividade Missionária da CNBB, como primeiro passo para soluções positivas, convocou um encontro de alguns missionários e estudiosos do problema indígena, para colocarem , em conjunto, as reflexões existentes e propor medida que pudessem ajudar o esfôrço de renovação nesta área missionária.

Estiveram, pois, reunidos, no Instituto Social Justiça e Paz, em São Paulo, Pe. Casemiro Beksta, Professor Gunther Protasio Frikel, Frei Gil Gomes Leitão, Pe. Antonio Iasi, Pe. Adalberto H. Pereira, Pe. José de Moura e Silva, Mons.Bruno Mariano, Pe. Angelo Venturelli, Pe. Albano Ternus, D.Afonso Maria Ungarelli, Frei Aristides Molegnano, Pe. José Vicente Cesar, Prof. Egon Schaden , Egydio Schwade, D.Gerardo Valencia Cano , Pe. Raimundo Caramurú de Barros, Pe. Lourenço Sonsbeek - indicados pelos respectivos Regionais e peritos especialmente convidados.

Inicialmente, procurou-se fazer um levantamento da situação indígena no Brasil (dados demográficos, situação familiar, cultural, econômico-social, etc); refletir sôbre a aculturação e integração dos indígenas na sociedade brasileira, à luz das atuais ciências antropológicas e à luz da Revelação. Em um segundo momento, empreendeu-se uma avaliação da atividade que a Igreja vem desenvolvendo, entre estas populações, à luz dos princípios anteriormente aprofundados. De todo êste trabalho, foram sintetizadas algumas linhas de ação e propostas algumas recomendações.

As linhas de ação não abrangem tôda a atividade da Igreja entre as populações indígenas. Restringem-se, metòdicamente, à promoção humana e à aculturação destas populações e à atividade evangelizadora. Outros aspectos serão objeto de estudos posteriores, para mais amplos subsídios e perspectivas.

As recomendações visam propor medidas concretas para que estas diretrizes possam ser efetivadas. Referem-se , às vêzes, a certas situações existentes, que necessitam ser modificadas e, em face das quais urge uma atitude clara e efetiva.

As linhas de ação e as recomendações propostas neste documento, frutos da reflexão de todos, são apenas subsídios oferecidos à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, aos Prelados responsáveis por populações indígenas, aos Superiores Maiores e demais responsáveis pelas Congregações Religiosas que desenvolvem atividades missionárias nestas populações e a os missionários mesmos, que trabalham diretamente com os nossos índios, para que êles reflitam e possam ,dêstes subsídios, encaminhar as medidas concretas a serem adotadas, de acôrdo com as exigências.

§

I - Linhas de ação

1. Promoção humana

+ Como exigência fundamental, é necessário conhecer , respeitar e prestigiar a cultura de cada grupo indígena e procurar aculturar-se a êle. Esta exigência requer uma formação adequada. dos futuros missionários e uma atualização eficaz de todos aqueles que trabalham nas Missões. Esta formação deve incluir elementos de antropologia, linguística, medicina tropical, psicologia social, etc.

A atividade aculturadora deve dar atenção especial a cada grupo, formando comunidades de base, que assumam e decidam sua própria evolução.

A introdução de novos valores culturais só devem ser feitos quando a necessidade se impuser.

A educação sanitária, a profilaxia, desde os primeiros contactos com os grupos indígenas, deve constituir uma das medidasprévias, à atividade aculturadora. Faz-se, porém, necessário, mesmo neste aspecto, respeitar a cultura do grupo e sua mentalidade (tabus,etc).

+ A educação dos grupos indígenas deve levar em conta a pedagogia de uma autêntica educação popular. O índio não deve ser considerado nem tratado como criança. A experiência mostra sua grande capacidade, em certos setores da atividade humana, e sua rapidez no processo aculturativo, superior mesmo à do missionário. É de grande importância conhecer as etapas desta aculturação, para que a atividade educativa possa adaptar-se a elas e ganhar em rapidez e eficiência, sem criar traumas na psicologia indígena. Um dos traços desta psicologia,a ser levado em conta pelo missionário, é de que o índio não conhece o que nós denominamos gratidão , e, conseqüentemente, o missionário não deve esperar dele esta atitude.

Os métodos pedagógicos e o ensino a ser ministrado devem desenvolver-se a partir da cultura e da mentalidade do índio. Nas tribus não aculturadas, não exigir que os índios freqüentem a escola. O currículo de matérias, nestas escolas, como também o conteúdo da educação assistemática, deve conter apenas elementos que tenham sentido para o futuro do índio e para seu processo de aculturação.

O ambiente a ser criado nessas escolas, a partir do prédio, deve ser o mais adaptado possível aos traços culturais do respectivo grupo indígena. Os padrões de aproveitamento devem tomar, como ponto de referência, a antropologia indígena e não os nossos índices da civilização técnica. Os horários, os períodos de aula, o regime de férias , devem também levar em conta as necessidades, os costumes e o ritmo cronológico do indígena.

Um dos métodos que tem demonstrado resultados satisfatórios é utilizar como intermediário entre o missionário e o grupo indígena , alguns poucos índios, escolhidos pela sua capacidade e liderança, e a quem se ministra instrução e educação especiais .

Acervo ISA

De um modo geral, o sistema de internatos acusa sérias e graves deficiências. Pode ser que, em determinados casos, apresente vantagens e seja exigido pela situação. Estes casos devem, então, ser estudados acuidadamente. No processo educativo de aculturação deve-se fomentar no índio o orgulho de sua origem e de sua raça, com abertura, porém, ao intercâmbio com outros grupos humanos.

Os índios mal ou semi-aculturados constituem, hoje, problema peculiar. Até o momento não foram encontradas soluções que respondam cabalmente à situação dêstes indivíduos. Não devem ser forçados a voltar à primitiva vida tribal. De outro lado, porém, não devem ser incomodados e molestados, se conservam algumas práticas da tribo primitiva.

+ O incentivo e a orientação da economia indígena merecem atenção especial. Deve-se procurar, por todos os meios, que o direito que o índio tem às próprias terras seja efetivado e respeitado. Nos casos em que êsse direito, de maneira alguma seja reconhecido, as Missões deveriam adquirir terras e destiná-las aos grupos indígenas, como já está sendo feito em algumas Prelazias.

O artezanato indígena pode constituir um forte apêio à economia de muitas tribos. Qualquer tentativa de organização econômica de uma tribo deve respeitar certos costumes e a economia pré-existente. Desta maneira, o nomadismo de certos grupos, seus costumes habitacionais, etc., não devem ser modificados, sem motivos muitos sérios.

Algumas terras habitadas pelos índios encontram-se fortemente empobrecidas. Não convém favorecer, nelas, a aglomeração de índios, acarretando, assim, graves problemas sociais e econômicos.

Educar o índio para o intercâmbio comercial, ajudando-o a dar valor aos objetos, evitando o paternalismo, exigindo sempre uma retribuição, mesmo simbólica, aos donativos que lhes são ofertados.

A promessa feita a um índio deve ser sempre cumprida e os presentes que êles oferecem, quando aceitos, devem ser sempre retribuidos.

Convém evitar que se criem, nos grupos indígenas, certas necessidades e hábitos inúteis ao processo de aculturação.

O contacto dos índios com os estranhos (turistas, cinematografistas, etc.), trazem quase sempre resultados negativos à aculturação e, por conseguinte, devem ser cuidadosamente controlados.

2. Evangelização

A evangelização deve consistir, principalmente no início, num testemunho de vida cristã. Este testemunho exige do missionário um sério esfôrço de aculturação. É mistor tornar-se como membro. (A.G., nº 11).

A evangelização exige um conhecimento do mundo religioso do grupo indígena, para purificá-lo, aproveitando, porém, todos os elementos positivos que êle contém.

A transmissão da mensagem deve ser feita, não apenas na língua do grupo, mas

também deve aproveitar os recursos da própria cultura indígena. Esta cultura há de informar a elaboração da mensagem, as expressões de vida cristã, a celebração litúrgica etc. Os traços da cultura indígena, não condizentes com a mensagem evangélica (poligamia etc.) não devem ser combatidos negativamente. Torna-se necessário um esfôrço educativo para que o grupo evolua e seja capaz de compreender e aceitar estas exigências e viver de acôrdo com elas.

O esfôrço de evangelização procure atingir sobretudo aos adultos e chefes. O catecumenato, como preparação ao batismo, à confirmação e à primeira eucaristia, devem receber especial atenção. O missionário procure ajudar e evangelizando a acolher o dom de Deus e deve respeitar as etapas pedagógicas da conversão e da iniciação cristãs, sem adeantamentos desnecessários, nem precipitações intempestivas.

A mensagem evangélica seja apresentada como expressão da vontade de Deus e não do próprio evangelizador.

II - Recomendações

Para efetivar as linhas de ação acima propostas, os participantes do encontro propuderam algumas recomendações práticas.

Relações com o Govêrno - A extinção do SPI e a criação da FNI (Fundação Nacional do Índio) pode modificar as relações existentes entre Igreja e Govêrno, no tocante às populações indígenas. A lei que criou a FNI deverá ser em breve regulamentada. Acha-se de grande importância um diálogo e tentativa de colaboração com o Govêrno, na elaboração dêste regulamento. Atualmente êste diálogo deve ser mantido, não apenas por missionários isolados, mas de u'a maneira global e organizada, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e especìficamente, pelo Secretariado Nacional de Atividade Missionária.

Conhecendo os objetivos e opções da política indigenista do Govêrno, será mais fácil para Igreja determinar a sua atitude e sua linha de ação. Em qualquer hipótese deve ser ressaltada a liberdade para a ação missionária da Igreja.

Relações com Prelados e Superiores Maiores que desenvolvem atividades missionárias em populações indígenas - Estas linhas de ação e recomendações devem ser enviadas a todos os Prelados e Superiores Maiores, que desenvolvem a ação missionária entre os índios. Nas reuniões regionais da CNBB e CRB, sejam elas discutidas, com a presença de peritos, que ajudem a aprofundá-las, tirando as consequências práticas delas decorrentes.

Formação de futuros missionários e atualizão de todos os que trabalham em Missão junto aos índios - Inicialmente se propôs que sejam ministrados, nos Regionais, que têm populações indígenas, cursos intensivos, de nível elementar, para todos aqueles que trabalham na promoção e evangelização dos índios. Estes cursos devem comunicar elementos de antropologia, linguística, medicina tropical, pastoral indígena, etc.

Cursos de nível superior podem ser organizados, inter-regionalmente, para os principais responsáveis pela pastoral indígena e para os futuros missionários. A longo prazo se poderá chegar , mesmo, a um Instituto de reflexão e formação para os futuros missionários que vão trabalhar junto às populações indígenas.

Foi igualmente sugerida a elaboração de subsídios e seu envio a todos os missionários, para sua constante atualização. Alguns dêstes subsídios podem ser eventualmente publicados.

Coordenação da pastoral indígena - Até hoje esta coordenação foi realizada apenas ao nível de cada Prelazia, pois o critério territorial foi o único utilizado nas divisões e limites jurídicos. As tribos e grupos indígenas não respeitam essas divisões territoriais. Apesar de sua diversidade, apresentam características antropológicas muito peculiares, exigindo, pois, uma ação específica e coordenada da Igreja. Julga-se de grande importância que a pastoral indígena leve em conta, não apenas o critério das divisões territoriais, mas se fundamente, cada vez mais, em critérios antropológicos.

O grupo propõe que se estude a possibilidade de haver um bispo encarregado de coordenar especialmente tôda a pastoral indígena, à semelhança do Vicariato Militar. Alguns levantaram mesmo a hipótese da criação de uma Prelazia pessoal, confiada ao bispo coordenador.

Essas soluções apresentam vantagens e dificuldades, e porisso devem ser objeto de estudos mais acurados, para uma proposta à Santa Sé, da parte da CNBB, em entrosamento com os Superiores Maiores das Congregações religiosas em questão.

Esta coordenação mais efetiva da pastoral indígena pode facilitar as relações com o Govêrno.

Continuidade da reflexão ora iniciada - Uma pesquisa está sendo preparada e será conduzida junto a todos aqueles que trabalham em Missão, entre os índios. Um próximo encontro está previsto, para janeiro de 1969 (6 a 10), em São Paulo. O tema dependerá dos resultados da pesquisa e da evolução da pastoral indígena, durante os próximos mêses e dos resultados do entendimento a ser mantido com o Govêrno e das medidas a serem tomadas por prelados e Superiores maiores.

No presente encontro algumas questões foram abordadas, mas ficaram pendentes, merecendoaprofundamento, tais como o ecumenismo nestas missões junto aos índios e todo o problema de uma liturgia indígena.

§

Encerrando o encontro, D.Gerardo Valencia Cano, Vigário Apostólico de Buenaventura, na Colombia, e presidente do departamento de missões do Conselho Episcopal Latino Americano, informou sôbre as atividades do CELAM, no que diz respeito à pastoral indigenista, focalizando principalmente o próximo encontro a ser realizado em Guatemala, de 21 a 27 de abril do corrente ano, com o objetivo de explicitar melhor

as opções a serem tomadas neste campo, ao nível latino-americano.

Foram acertadas também algumas medidas para a colaboração do Brasil na exposição missionária a ser realizada em Bogotá, por ocasião do Congresso Eucarístico Internacional, no mês de agosto próximo.

São Paulo, 23 de fevereiro de 1968.

Imunca. Brasília - Curso de extensão Universitário

Carl Harrison -

Belem - em julho - junho?

Curso de Aculturação - Folclore - Linguística

Tem 40 lugares.

Falar com P. Mathieu.